

**BOLSONARISMO E BOLSONARISTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO:
ANTECEDENTES HISTÓRICOS, PERCURSOS POLÍTICOS**

Clayton Romano¹

Recebido em: 17/04/2021
Aprovado em: 14/06/2021

Resumo: Parte de estudo mais amplo sobre as raízes do bolsonarismo, este breve ensaio dedica-se à retrospectiva histórica de traços marcantes da cultura política encarnada por bolsonarismo e bolsonaristas. Vistos desde a ditadura militar (1964-1985), antecedentes e percursos analisados buscam salientar o caráter processual da relação entre sociedades política e civil no Brasil contemporâneo, sublinhando a conjugação operada entre autoritarismo político e “instinto animal” do mercado na base ético-política ora exposta por bolsonarismo e bolsonaristas. Frutos da aliança empresarial-militar dos tempos de ditadura, arenistas, malufistas, colloridos, entre tantos, deram vida política aos termos ditados desde os militares, atualizando-os periodicamente durante o processo de democratização da vida civil no país. Produtos das contradições entre sociedades política e civil, colecionadas em série, bolsonarismo (fenômeno) e bolsonaristas (sujeitos) são compreendidos assim enquanto a face contemporânea, e por isso também peculiar, da derradeira cultura política legada pela ditadura militar ao curso da democracia no Brasil.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Bolsonaristas. Ditadura Militar. Democratização. Cultura Política.

*BOLSONARISM AND BOLSONARISTS IN CONTEMPORARY BRAZIL: HISTORICAL BACKGROUND,
POLITICAL PATHS*

Abstract: Part of a broader study on the roots of Bolsonaroism, this brief essay is dedicated to the historical retrospective of striking features of the political culture embodied by bolsonarism and bolsonarists. Seen from the military dictatorship (1964-1985), antecedents and trajectories seek to highlight the procedural character of the relationship between civil political societies in contemporary Brazil, horizontalizing the combination operated between political authoritarianism and the “animal instinct” of the market on the ethical-political basis, now exposed by bolsonarismo and bolsonaristas. Fruits of the business-military alliance of the times of dictatorship, arenistas, malufistas, colloridos, among many, gave political life to the terms dictated by the military, updating them periodically during the process of democratizing civil life in the country. Products of the contradictions between political and civil societies, collected in series, Bolsonaroism (phenomenon) and Bolsonaroists (subjects) are thus understood as the contemporary, and therefore also peculiar, from the ultimate political culture bequeathed by the military dictatorship to the course of democracy in Brazil.

Keywords: Bolsonaroism. Bolsonaroistas. Military Dictatorship. Democratization. Political Culture.

¹ Historiador vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. E-mail: clayton.romano@uftm.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5609-5454>.

BOLSONARISMO Y BOLSONARISTAS EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO: ANTECEDENTES HISTÓRICOS, TRAYECTORIAS POLÍTICAS

Resumen: Como parte de un estudio más amplio sobre las raíces del bolsonarismo, este breve ensayo está dedicado a la retrospectiva histórica de rasgos llamativos de la cultura política encarnada por el bolsonarismo y los bolsonaristas. Visto desde la dictadura militar (1964-1985), los antecedentes y rutas analizadas buscan resaltar el carácter procedimental de la relación entre las sociedades políticas y civiles en el Brasil contemporáneo, subrayando la combinación operada entre el autoritarismo político y el "instinto animal" del mercado en una base ético-política ahora expuesta por el bolsonarismo y los bolsonaristas. Frutos de la alianza empresarial-militar de la época de la dictadura, arenistas, malufistas, colloridos, entre muchos, dieron vida política a los términos dictados por los militares, actualizándolos periódicamente durante el proceso de democratización de la vida civil en el país. Productos de las contradicciones entre las sociedades políticas y civiles, recogidas en serie, el bolsonarismo (fenómeno) y los bolsonaristas (sujetos) se entienden así como el rostro contemporáneo, y por tanto también peculiar, desde la última cultura política legada por la dictadura militar hasta el transcurso de democracia en Brasil.

Palabras clave: Bolsonarismo. Bolsonaristas. Dictadura Militar. Democratización. Cultura Política.

Do ponto de vista cronológico, o bolsonarismo, sob tal nomenclatura, trata-se de fenômeno absolutamente recente. Seu uso tornou-se corrente somente após a eleição de outubro de 2018 e o início do governo de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019. Até ali, não se falava em bolsonarismo, tampouco em bolsonaristas. Opositores denominavam os entusiastas da candidatura de Bolsonaro à presidência da República de *bolsominions* (em referência aos "minions" da animação *Meu Malvado Favorito*), e o tratamento dispensado via de regra se resumia a deboche ou desdém. Muito embora a onda conservadora que varreu o Brasil em 2018 já tivesse sido detectada por diferentes analistas desde as jornadas de 2013, movimento acirrado com a deposição de Dilma Rousseff em 2016, o bolsonarismo em si jamais fora tomado como objeto de análise, tido no máximo como uma consequência, uma expressão, uma representação de fenômeno maior, visto então na ascensão política e eleitoral do conservadorismo.

Se comparado ao lulismo, por exemplo, surgido em meados da década de 1970, o bolsonarismo é cronologicamente neófito. Entretanto, sua análise histórica exige a compreensão de sua matriz política, cujo berço se encontra exatamente na *ditadura democrática* de meio século atrás. Não resta dúvida: o bolsonarismo possui traços fundamentais da cultura política empreendida e difundida pelos militares em seu simulacro democrático de duas décadas. E mesmo com o regresso às casernas a partir de 1985, aquele lastro político-cultural seguiu animando e mobilizando atores e

movimentos ao longo do processo de transição e consolidação democrática no país. O bolsonarismo, nesse sentido, é a face contemporânea de uma cultura política há tempos em curso. Possui especificidades, certamente, porém, o bolsonarismo traz consigo marcas indeléveis de sua filiação.

Bolsonarismo e bolsonaristas, na verdade, são vistos há tempos e sintetizam, em termos específicos, a permanência e o desenvolvimento histórico do projeto ético-político contido na aliança empresarial-militar de 1964. Obra empreendida por vinte e um anos e de impacto na orientação da sociedade civil rumo à sociedade política por gerações. Seu ponto de partida partidário sempre foi a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Já havia bolsonarismo no *arenismo* e bolsonaristas entre *arenistas*. A ARENA representava o modelo partidário montado pelos militares, politicamente estéril porém recheado de tecnocratas, concebido e comandado do alto. Vem do arenismo essa reação epidérmica à política, seus personagens e instituições, restringindo a participação política ao ato periódico do voto, delegando, pior, transferindo poderes e responsabilidades, para se dedicar aos interesses genuinamente privados. Se o gesto de votar puder ser simplificado, tanto melhor, bastando optar entre “sim” e “sim, senhor”.

O bipartidarismo é o terreno da ARENA, ela mesma uma aliança, um partido-frente (assim como seu opositor Movimento Democrático Brasileiro – MDB). Sua criação por força do AI-2 representou um realinhamento majoritário em favor dos militares e reconfigurou a própria concepção de democracia no Brasil, concedendo funcionamento regular a dois partidos sob implacável tutela do Estado. Firma-se a *democracia autoritária*, outra de nossas jabuticabas, indireta, restrita, delegada. Exclui-se as camadas populares, limitadas ao voto parlamentar a cada dois anos, abrindo espaço para a atuação dos *profissionais da política*. Quando é preciso contar com setores subalternos, faz-se por cooptação. Limita-se, enfim, a atividade política exclusivamente ao ato institucional, profissional, que passa a dispor então de eleitores e eleitos animados pelo “instinto animal” do capital aguçado desde os militares.

Derrubada por sua criação a partir de meados da década de 1970, a ARENA desfrutou por bons anos do caráter plebiscitário do bipartidarismo. Após as eleições parlamentares de 1970, por exemplo, o MDB chegou a cogitar sua dissolução, tamanha a adesão então obtida pela ARENA que, importante destacar, jamais deixou de existir enquanto organismo partidário regularmente instituído. A ARENA não desapareceu com

o fim do bipartidarismo, imediatamente incorporada pelo Partido Democrático Social – PDS. A mudança de nomenclatura não deve enganar, tratando-se, na prática, de expediente que se tornaria comum no curso do pluripartidarismo em vigor. Ao contrário do MDB que, à época e até recentemente, apenas incluiu o então obrigatório “P”, de Partido, à sua denominação anterior, a ARENA, partido do governo, viu seu capital eleitoral se esvaír com o esfacelamento da ditadura. Era preciso rebatizá-la. PDS, maroto, traduzia Aliança Renovadora Nacional para Partido Democrático Social (a democracia social era uma das bandeiras da oposição e, sob a via da antítese, fora originalmente encampada na arena política pelo Partido dos Trabalhadores – PT).

Mas a vida do PDS não durou muito. O desgaste colecionado na transição à democracia logo o obrigaria a se renomear (da galeria do Congresso Nacional, por exemplo, após a votação que derrotou a emenda das Diretas, em 1984, populares entoaram o grito que soou como profecia: “o povo não esquece, acabou o PDS!”). Em fusão com o Partido Democrata Cristão – PDC, o PDS virou Partido Progressista Reformador – PPR, em 1993. Não vingou. Dois anos depois, em nova fusão com o efêmero Partido Progressista (1993-1995), tornou-se Partido Progressista Brasileiro – PPB e, em 2003, passou a ser Partido Progressista – PP até há pouco, quando, envolvido desde há muito e até a medula em escândalos de corrupção, alterou sua denominação para Progressistas, aparentemente mantendo a mesma sigla (PP). PDS, PPR, PPB, PP, Progressistas são os legítimos portadores partidários do arenismo para além da existência cartorial da ARENA. Mas não são os únicos.

O processo de escolha da candidatura civil no Colégio Eleitoral, em 1985, deu origem à primeira cisão significativa na ARENA. A Frente Liberal, que se opôs à indicação de Maluf e apoiou a chapa Tancredo-Sarney, desembarcou do PDS em oposição às diretrizes militares, criando o Partido da Frente Liberal – PFL, atual DEM. Diferente do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, em 1979, quando se tratou de impedir que Leonel Brizola o recriasse, com PDS e militares jogando a favor de sua recriação à direita, o caso do PFL foi mesmo de fratura no interior do arenismo que, desde então, conta com uma expressão partidária cuja balança empresarial-militar passou a pender significativamente aos interesses do capital, mantendo ainda forte apego à *democracia autoritária* do tempo dos militares. Flagrado com dinheiro na cueca no escândalo de corrupção envolvendo o então governador do Distrito Federal, episódio conhecido

como “Mensalão do PFL”, em 2006, mudou sua nomenclatura para Democratas, em 2007.

Radicalizando a pauta liberal, ainda mais resoluta em relação à defesa da “mão invisível” do mercado (embora sem se distanciar demais do “autoritarismo democrático” que lhe dera origem), uma fração da Frente Liberal fundou o Partido Liberal – PL ao deixar o PDS, também em 1985. Inicialmente apenas apregoando as benesses do estado mínimo, o PL moldou-se ao “mercado da política” com o tempo, acumulando capital eleitoral ao se aproximar cada vez mais do fisiologismo típico da ARENA, PDS e do próprio PFL. Compôs formalmente a chapa de Lula (PT), em 2002, com a indicação do empresário-político José Alencar para a vaga de vice, e esteve no epicentro do “Mensalão do PT”, em 2005, prática de pagamentos regulares a parlamentares do Congresso Nacional, com recursos ilegais obtidos via contratos de publicidade, visando a garantia de “governabilidade” no tal *presidencialismo de coalizão*. Mudou de nome no ano seguinte, após fusão com o Partido de Reedificação da Ordem Nacional – PRONA, tornando-se Partido da República – PR, denominação que permaneceu até 2019, quando voltou a chamar-se PL.

De outro modo, o que se deu com o PTB foi realmente emblemático. Criado por Getúlio, em 1945, partido de Jango, em 1964, o PTB e o *petebismo* exerceram importante protagonismo entre 1945 e 1965. A extinção do PTB deixou órfã ampla parcela das camadas populares, que, mediante toda a sorte de contradições, viam nele legítimo representante partidário das classes trabalhadoras. Desaparecido por quinze anos, substituído que foi por ARENA e MDB, a possibilidade de recriação do PTB assombrava a ditadura, disposta a não deixar Brizola assumi-lo e, após o hiato, ver renascer o petebismo. Para tanto, o arenismo atuou e sequestrou o PTB, o petebismo e mesmo o próprio *trabalhismo*. Matou no ninho qualquer chance de entregar o PTB ao lastro trabalhista no país, que se dividiu em várias siglas. Do Partido Democrático Trabalhista – PDT de Brizola, à centro-esquerda, a uma série de partidos de centro-direita, tais como Partido Social Trabalhista – PST (1988-1995), Partido Trabalhista Reformador – PTR (1985-1993), Partido Trabalhista Nacional – PTN, criado em 1995, atual Podemos – PODE, ou o Partido Trabalhista do Brasil – PTdoB, criado em 1989, atual Avante, entre outros.

Ao vencer a queda de braço com o trabalhismo encarnado em Brizola, o arenismo cedeu o PTB a si mesmo, transformando o antigo partido de Getúlio e Jango em condomínio de seus próprios interesses. Foi com o PTB que o arenismo venceu com Jânio Quadros para a prefeitura de São Paulo, em 1985; Jânio que jamais fora do PTB durante sua trajetória, sendo aliás seu adversário político no período democrático anterior ao golpe de 1964. Foi pelo PTB que Antônio Ermínio de Moraes (cuja fortuna foi capaz de erguer uma cidade, Votorantim, alimentada que foi por empreiteiras abastecidas pela ditadura militar), concorreu ao governo estadual de São Paulo, em 1986, e quase venceu. Roberto Jefferson, por sua vez, começou no MDB, em 1971, é verdade, mas foi pela ARENA, em 1979, e pelo PTB, a partir de 1980, que fez carreira política, indo de líder da tropa de choque de Collor, entre 1990 e 1992, a pivô do “Mensalão do PT”, em 2005, aliado que era do governo Lula. Jefferson exerce a presidência nacional do PTB, direta ou indiretamente, desde 2003.

Se ARENA manteve-se viva no PDS, PPR, PPB, PP, PFL, DEM, PL, PR, PTB, entre outros, o “arenismo” sobreviveu no interior desses partidos também graças aos “ismos” que foi capaz de gerar. *Malufismo* talvez tenha sido o principal deles. De vasta biografia, Maluf sintetiza de modo exemplar o profissional da política criado pelos militares. Feito presidente da Caixa Econômica Federal – CEF entre 1967 e 1969, foi prefeito “biônico” de São Paulo entre 1969 e 1971, Secretário Estadual de Transportes entre 1971 e 1975, presidente da Associação Comercial de São Paulo entre 1976 e 1979, e governador “biônico” do estado entre 1979 e 1982. Cumpriu quatro mandatos como deputado federal eleito por São Paulo (1983-1987, 2007-2011, 2011-2015 e 2015-2018) e um mandato como prefeito da capital (1993 e 1997), via eleição direta. Candidato do PDS derrotado no Colégio Eleitoral, em 1985, Maluf também concorreu e perdeu as disputas majoritárias para o Governo de São Paulo, em 1986, a Prefeitura de São Paulo, em 1988, a Presidência da República, em 1989, novamente para governador, em 1990, 1998 e 2002, e outras duas vezes para prefeito de São Paulo, em 2000 e 2004. Venceu apenas a eleição de 1992 para a prefeitura paulistana, apoiado por voto “anti-PT” após a turbulenta gestão de Luiza Erundina (PT), entre 1989 e 1993.

Maluf fez mais. Botou “a ROTA na rua”, como enfatizava um de seus jargões. Símbolo da militarização das antigas forças de segurança pública, convertidas em Polícias Militares (PMs), a ROTA (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) surgiu em 1970 como

um destacamento especial do 1º Batalhão de Policiamento de Choque da PM de São Paulo, originalmente voltada ao combate da “guerrilha urbana” (leia-se, repressão política e extermínio de militantes da esquerda armada). Sanguinária, a ROTA passou a exercer funções de repressão e extermínio social à medida que a militarização política bem cumpria seu papel de eliminação da oposição de esquerda. Quando Maluf assumiu como governador “biônico”, em 1979, a ROTA, que já praticava extermínio social, converteu-se na própria “tropa de elite” dos esquadrões da morte. “Botar a ROTA na rua” significava para Maluf e o malufismo não apenas a criminalização da questão social, mas sobretudo um tratamento mortífero dado às contradições sociais existentes, de resto historicamente assentadas e massivamente ampliadas em função do vigor demonstrado pelo “instinto animal” do capitalismo no Brasil nas décadas de ditadura militar. Sob Maluf, a ROTA afirmou-se definitivamente “tropa de elite” da militarização social, ao institucionalizar o combate à pobreza através do extermínio de pobres.

Maluf fez ainda mais. Como nem só de militarização vivia o arenismo, o malufismo também exprimia apreço aos empreendimentos e interesses privados, ao ponto de herdar famosa alcunha anteriormente atribuída a Adhemar de Barros, “rouba mas faz”. Durante sua passagem “biônica” por São Paulo, capital e estado, Maluf se notabilizou por grandes obras de infraestrutura, especialmente avenidas, marginais, viadutos, estradas, muitas com indícios de fraudes e superfaturamentos. Governador, criou a Paulipetro, em 1979, que, ao custo de bilhões, perfurou 69 poços às margens do rio Paraná para não encontrar petróleo ou gás natural. A sanha do capital privado sobre o interesse público se fez tamanha sob Maluf que lhe rendeu inúmeros processos judiciais. Seu nome e de seu filho Flávio chegaram a ser incluídos na lista vermelha da Organização Internacional de Política Criminal – INTERPOL, em 2010. As últimas três eleições que disputou para a Câmara Federal (2006, 2010 e 2014) foram motivadas pelo pragmatismo diante da escassez de votos para disputas majoritárias e pela prerrogativa de foro especial concedida aos parlamentares federais. Cachorro que mordeu o próprio rabo, terminou condenado pelo Superior Tribunal Federal – STF por lavagem de dinheiro, em 2017, em regime fechado. Maluf, que já frequentara a cadeia, em 2005, foi levado no dia seguinte à sua condenação para o Presídio da Papuda, em Brasília. Teve seu mandato cassado pela Câmara, em 2018, e desde março daquele ano cumpre prisão domiciliar alegando questões de saúde.

Já havia bolsonarismo no malufismo. Em 1989, por exemplo, malufistas por decisão consciente, bolsonaristas ainda sem saber que existiam enquanto tal, ambos elegeram Collor pelo neófito Partido da Reconstrução Nacional – PRN, no segundo turno, em grande vitória do arenismo. Aliás, foram duas as proezas do arenismo nos anos 1980: a eleição de Collor e, antes, a derrota-vitória no Colégio Eleitoral, em 1985. Sim, a candidatura oficial do PDS, sucessor da ARENA, perdeu, mas sua cisão venceu com Sarney na vice-presidência. Todos sabem, José Sarney, cria da União Democrática Nacional – UDN, matriarca da direita partidária nacional, aderiu de pronto a ARENA, em 1965, chegando à sua presidência, em 1979, e tornando-se o primeiro presidente do PDS. Quando foi indicado pela Frente Liberal à vice de Tancredo Neves (PMDB), Sarney havia deixado a presidência do PDS fazia poucos meses, em junho de 1984, em litígio com João Figueiredo, o último dos ditadores militares. Com a morte de Tancredo, Sarney, último presidente da ARENA e primeiro presidente do PDS, assumiu a República e com ela o timão da redemocratização brasileira.

Como se não bastasse, atestando sua proeminência, o arenismo também elegeu pelo voto direto o primeiro presidente da República em 29 anos. Fernando Collor, todos sabem, é filho do conservadorismo brasileiro, encarnado em figuras como Lindolfo Collor, seu avô e ministro do Trabalho de Getúlio nos anos 1930, de quem herdou berço político e fortuna nas comunicações. Collor, o neto, saltou de prefeito “biônico” de Maceió, em 1979, à presidente eleito do Brasil no intervalo de uma década. Produto do arenismo, político profissional, pertenceu à ARENA e seguiu no PDS até 1985, quando, no ano seguinte, se elegeu governador de Alagoas pelo PMDB, onde permaneceu até 1988. Sob a fábula de “caçador de marajás”, construída com precisão industrial dos meios de comunicação, fundou seu PRN, nova atualização da Aliança Renovadora Nacional. Por um partido de gabinete, profissional, empresarial, tão ao gosto do arenismo, Collor se fez presidente da República por cerca de dois anos e meio. Alvo de processo de impeachment, renunciou à Presidência em 1992. Nada mais irônico que os dois únicos presidentes eleitos por voto direto entre 1960 e 1989 tenham renunciado a seus respectivos mandatos.

Ironia à parte, a façanha do arenismo e de seus personagens já nos primeiros passos da transição se destaca. Cenário que não se altera completamente, mas que muda um pouco de figura como o avanço do processo democrático. Diante de um

contexto cada vez mais complexo, com a proliferação de novos partidos (fenômeno em grande medida estimulado pelo “mercado da política” e a difusão da ideia de partido-empresa, político-empresário, cuja paternidade pertence aos militares, concebida em aliança empresarial-militar), o arenismo seguiu seu curso, acomodando-se confortavelmente por oito anos na cadeira vice-presidencial, veja só, em aliança com os dissidentes originalmente de centro-esquerda do PMDB. O Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB surgiu em 1988 reivindicando as raízes do “MDB autêntico” dos anos 1970, em contraposição ao PMDB fisiológico do “Centrão”, visto entre 1987 e 1988, durante a Constituinte. A coligação PSDB/PFL, que governou com FHC e Marco Maciel entre 1995 e 2003, reuniu na prática as dissidências de MDB e ARENA, conferindo novas possibilidades aos marcos estabelecidos pelo bipartidarismo dos militares.

Numa de suas variantes mais radicais, por isso das mais caricatas, o arenismo também deu luz ao PRONA. Acrônimo hoje amarelecido, o PRONA de Enéas Carneiro fez história entre o final dos anos 1980 e início dos 2000. Criado em 1989, concorreu à Presidência e cravou o bordão “Meu nome é Enéas”, em função dos escassos 15 segundos de propaganda partidária a que tinha direito. Colheu pouco mais de 360 mil votos (0,53%). Na eleição seguinte, em 1994, com mais tempo de propaganda para maldizer o processo de democratização e bradar que o PRONA era “a única coisa séria” no país, em defesa de um Estado intervencionista e técnico, a candidatura de Enéas se firmou como voto de protesto e terminou o pleito em 3º lugar, com mais de 4 milhões e 600 mil votos (7,38%). Desempenho que não se repetiu em 1998, com o 4º lugar e pouco menos de 1 milhão e meio de votos obtidos (2,14%). Enéas concorreu à Prefeitura de São Paulo, em 2000, obteve cerca de 190 mil votos (3,46%) e ajudou a eleger uma vereadora do PRONA. Enéas e PRONA, enfim, cederam ao sistema político que diziam repudiar. Eleito deputado federal por São Paulo, em 2002, com mais de 1 milhão e meio de votos, Enéas fez o PRONA eleger mais cinco parlamentares, todos puxados por sua votação e, exceto um, com votações obtidas abaixo de mil votos. Reeleito em 2006 com votação bem inferior, cerca de 330 mil votos, Enéas comandou a fusão do PRONA com o PL, na crise do “Mensalão do PT”, e a criação do PR, que voltou a ser PL em 2019.

Em todos os casos, havia bolsonaristas entre entusiastas de Maluf, Collor, Jefferson, Enéas, todos legítimas expressões do arenismo, entre tantas outras. E esse é

o ponto. O bolsonarismo, na prática, dá vazão contemporânea a uma cultura política largamente difundida pela e durante a ditadura militar, que, após a saída dos ditadores, acompanhou todo o período de democracia civil vigente, formando sucessivas gerações desde então. Trata-se assim de um fenômeno histórico, com caracteres desenvolvidos no tempo, por mais que apresente uma série de inovações se comparado aos seus antecessores. O bolsonarismo atualiza as bases do arenismo, malufismo, enfim, de uma orientação ético-política emanada a partir dos militares e em pleno vigor, expondo um processo próprio de transformações moleculares, operadas conforme as exigências de cada contexto.

Se o bolsonarismo é o fenômeno, bolsonaristas são os sujeitos, muitos dos quais ex-arenistas, ex-malufistas, ex-colloridos, etc. Mas não só. Bolsonaristas também são outros atores, muitos dos quais sem aproximação ou vínculo político anterior, nem mesmo eleitoral. São dois sujeitos, portanto, sintetizados no bolsonarista: a) os portadores e promotores do arenismo e suas variações, desde os militares; e b) outras gerações, alheias ao político, assumindo em sua orientação política elementos essenciais da cultura política legada pela ditadura militar, embora indiretamente e à margem da sociedade política. O sujeito criado pela sociedade política, isto é, aquele sujeito historicamente ligado ao arenismo e congêneres, encontra-se com o sujeito emulado por uma sociedade civil essencialmente demarcada pelas contradições resultantes de extrema militarização social para combate à miséria e distanciamento crescente entre a *realpolitik* e a vida vivida, está seguindo como nunca o “instinto animal” do capital. Tanto um, quanto outro, criações da organização ético-política posta em funcionamento pelos militares e reunidas sob face bolsonarista, que tece e renova laços entre sujeitos oriundos das sociedades política e civil.

Quanto ao sujeito bolsonarista criado pela sociedade política, basta citar o próprio. Jair Messias Bolsonaro, então tenente do Exército, veio ao mundo graças a um plano frustrado de explodir a adutora do sistema de abastecimento de água do Rio de Janeiro, em 1986, reivindicando aumento salarial. Expulso das Forças Armadas, elegeu-se vereador na capital fluminense, em 1988, pelo efêmero PDC. E não parou mais. Sempre seguindo o curso do arenismo. PDC e PDS viraram PPR, em 1993, que virou PPB, em 1995, que virou PP, em 2003, hoje Progressistas, partido de maior bancada no atual bloco parlamentar conhecido por seu fisiologismo e pela alcunha de “centrão”.

Bolsonaro tanto acompanhou toda trajetória linear da ARENA, como frequentou variações do arenismo. Elegeu-se deputado federal ainda pelo PDC, em 1990, e depois passou por PPR (1993-1995), PPB (1995-2003), PTB (2003-2005), PFL (2005), PP (2005-2016), Partido Social Cristão – PSC (2016-2017) e Partido Social Liberal – PSL (2018-2019), sempre como deputado federal, por sete mandatos consecutivos (1991-2019). Somando-se os dois anos como vereador (1989-1991), são exatos 30 anos de vida parlamentar do capitão da reserva, que passara metade disso no Exército (1973-1988). Bolsonaro, em detrimento de sua retórica *anti-establishment* incorporada por bolsonaristas, é criatura da sociedade política, pois. Profissional da política, portador e promotor da aliança ético-política civil-militar ao longo do processo de democratização no Brasil, que conta com atores políticos similares a Bolsonaro de norte a sul, haja vista a quantidade de coronéis, capitães, tenentes, sargentos, cabos, delegados e até general da reserva exercendo cargos eletivos.

Já o bolsonarista produto da sociedade civil traz consigo a marca das relações privadas de existência, igualmente instigadas desde a ditadura militar. O associativismo, utilizado pelos militares como alternativa de vida civil face a interdição dos canais políticos de participação social, afirmou-se durante a democratização brasileira cada vez mais como *empresismo*, transformando ação social em atividade empresarial. Agir é empresar. *Los empresarios*, ensinam *nuestros hermanos*, dão vida a empresas em suas relações sociais, que se convertem no cerne de sua vida civil. Inicialmente não é preciso CNPJ, mas, se a empresa alcançar contornos industriais conforme previsto, tornar-se “pessoa jurídica” passa a ser condição de sua existência. Acumular é preciso, viver não é preciso. Acumular capital, sem dúvida, e também seus produtos, valores, tecnologias, todos fornecendo parâmetros ético-políticos de atuação social. Milicianos e paramilitares (empresários-militares), neopentecostais e carismáticos (empresários-religiosos), cartolas e jogadores (empresários do futebol), agropecuaristas e toda a cadeia produtiva do *agribusiness* (empresários-latifundiários), dão corpo ao bolsonarista gerado na sociedade civil.

Há também aquele que não se enquadra em nenhum dos personagens acima, filho e herdeiro do apoliticismo levado a cabo pela repressão política e militar da ditadura. Sem vínculo associativo, nem mesmo via atividade produtiva, estes sujeitos são capturados pelo mundo político através da satisfação de interesses e expectativas

individuais. Na base do “salve-se quem puder” em plena “lei da selva” da vida coletiva, associativa, social, tais atores fazem lembrar em outro tempo e espaço o *animal político* aristotélico. Sujeito cujo pragmatismo da existência material, imposto pela natureza, faz brotar toda a sorte de relações sociais, sejam elas afetivas, familiares, comunitárias, doutrinárias, políticas ou econômicas. Sua força advém da capacidade individual de transformar necessidades materiais em interesses políticos, seguindo a lei natural. A novidade em relação ao animal político clássico consiste na ênfase à esfera privada, uma vez que a via política no Brasil contemporâneo ora esteve interdita, ora foi protagonizada por profissionais da política, esvaziada de sentido e significado para amplas camadas sociais, de alto a baixo. Regido sob a “lei do mais forte”, conforme a tipologia aristotélica, o bolsonarista de matriz social submete “fracos” à base de franca competição, atestando a sobreposição do “instinto animal” do capital aos interesses do “animal político”, gesto praticado desde a ditadura militar e sintetizado em seu autoproclamado apoliticismo.

Essa é a outra ponta da corda. Marca registrada secular empreendida em escala industrial durante a ditadura militar e reproduzida ao longo da transição e consolidação democrática no país, o apoliticismo não deixa de desempenhar notória função política ao empunhar bandeiras antipolíticas, *anti-establishment* (anti-sistema, antipolíticos, anti-partidos, anti-Congresso, anti-STF, etc.). Característica fundamental de sua formação histórica, setores dirigentes no Brasil trataram de impedir e dificultar o acesso popular ao rol de instituições e direitos provenientes da sociedade política. Barrar e limitar por séculos o alcance da política na vida civil, raiz do apoliticismo brasileiro, silenciou tribunas, praças e ruas, confiscando sua orientação ético-política e direcionando-a outros espaços sociais imbuídos de tarefa político-cultural, então exercida em círculos, associações, clubes, templos, *shoppings*, estádios, empresas, etc. Com o “instinto animal” do capital à flor da pele, este sujeito importa de suas altamente industrializadas e competitivas relações sociais de produção o teor sua ação política (autoproclamada apolítica), calculada segundo equação custo-benefício, em procedimento similar ao das linhas de produção de capital (industrial, financeiro, comercial) e eternizada na Lei de Gérson. Acompanhado da contrapartida de “levar vantagem em tudo”, o apoliticismo faz suas escolhas políticas à base da relação entre perdas e ganhos.

A extensão do apoliticismo produziu diversas variações e gerações (todas guiadas pelo cálculo acima), que, por sua vez, revigoraram práticas e tradições há tempos instituídas no país. A cruzada anticorrupção, por exemplo, germinal em “santos do pau oco” e “inconfidentes”, não se trata propriamente de uma novidade. A corrupção aportou em naus cabralinas e aqui ficou. No entanto, a acusação e o combate à corrupção oferecem termos reveladores do relacionamento estabelecido entre sociedade política e sociedade civil no Brasil, muitas vezes com a segunda valendo-se da luta contra a corrupção como medida de defesa frente ao hereditário (e sempre renovado) patrimonialismo, outras vezes agitando a bandeira anticorrupção como forma de achaque e chantagem aos entes políticos, em termos nada republicanos. Sem voltar demais no tempo, mas atuando sob necessária perspectiva histórica, cabe sublinhar a amplitude do moralismo anticorrupção fomentado pelo udenismo entre 1945 e 1965. A UDN, cuja dimensão nacional a converteu em célula *mater* organicamente partidária da direita, tanto fez que derrubou Getúlio, quase impediu a posse de JK, elegeu Jânio e golpeou Jango, sempre apelando para a imponente retórica de seu incorruptível moralismo de viés golpista, que, lógico, fez escola. Já sob a matemática custo-benefício, equalizada por “instinto animal” do capital, o moralismo anticorrupção deu luz a novos personagens interessados em “levar vantagem em tudo”, inclusive em sua relação com a sociedade política.

De base liberal supostamente porque alinhada ao espírito e ao interesse público, a luta anticorrupção atende antes a motivações exclusivamente privadas porque ora se concentra em “levar vantagem”, ora se dedica a “competir”, ora se entrincheira para garantir interesses individuais em disputa com o estado. O udenismo forjou a associação entre corrupção e *populismo*, tese posteriormente encampada e desenvolvida pela sociologia paulista, via Universidade de São Paulo – USP e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, e também por organizações políticas, entre elas, o PT. O vínculo entre corrupção e populismo identifica a ação social ao sujeito político (quem “corrompe” é “populista”), em evidente embate entre sociedade política e sociedade civil, isto é, a partir do conjunto de relações estabelecidas entre o corrupto populista, sujeito político, e a vida em sociedade repleta de necessidades e expectativas de sujeitos civis.

Para combater a corrupção e o populismo, a UDN levou Getúlio ao suicídio e pagou caro por isso, tanto no dia da morte, 24 de agosto de 1954 (Lacerda, por exemplo, fugiu do Rio de Janeiro de barco), quanto nas eleições de 1955, com as vitórias de JK (PSD) e Jango (PTB). Para combater a corrupção e o “populismo sindicalista” (leia-se, “comunista”) de Jango, a UDN e PSD garantiram aos militares aval parlamentar ao golpe de 1964. E logo pagaram caro, com o AI-2 e a extinção de todo o quadro partidário vigente entre 1945 e 1965. Autoproclamados impolutos, os militares teriam livrado a nação da corrupção e do populismo por meio de sua *ditadura democrática* e do rodízio marcial na cadeira presidencial, quando, na verdade, foi justamente entre as duas décadas de ditadura militar que negócios privados hegemonizaram interesses públicos em escala industrial, até então jamais vista por aqui. A sanha privada, a sede de acúmulo, a produção do vil metal dominaram de tal forma a agência estatal que seu corpo burocrático converteu-se em usina de tecnocratas, guiados por cálculo frio e planilhas de custo-benefício. Eram empresários da sociedade política, como eram os políticos profissionais. Tecnocratas e políticos profissionais constituíram-se assim em antídoto dos militares à corrupção e ao populismo, que, ao contrário de mitigarem a questão, aceleraram e agudizaram as relações historicamente promíscuas entre poder público e interesse privado no Brasil.

Políticos profissionais gerados no ventre ou sob as bênçãos da iniciativa privada, eles mesmos tecnocratas do capital, são catapultados à sociedade política pelos militares. Chegam ao mundo político carregando n'alma, porém, tino para os negócios. Tecnocratas, recrutados em setores intermediários, idem. O encontro entre tais sujeitos franqueou o acesso dos interesses privados à estrutura pública. Algo ensaiado desde Juscelino, mas que vigorou como nunca durante a ditadura militar e cujas bases permanecem ditando o cotidiano do poder público, dilatadas que foram no curso da democratização brasileira. Não à toa, a raiz da corrupção atribuída ao atual sistema político-partidário deve sua origem ao capital privado instado à condição de sócio no empreendimento. Não se trata de eximir a responsabilidade dos atores públicos, tecnocratas e profissionais da sociedade política envolvidos em negociatas, mas tão somente dar o peso devido à participação privada na trama. Empresas que financiam a máquina política (e fortunas pessoais) via superfaturamento de concessões e contratos

públicos, obtidos graças a ação de prestimosos políticos profissionais e tecnocratas. Enredo atual que, no entanto, veio a público ainda com os militares.

Corrupto, logo, populista, será sempre o oponente instalado na direção do poder público, faça ele o que fizer, pense ele o que pensar. Não importa. Corrupção é coisa de populista, obra da sociedade política, e ambos devem ser expurgados para felicidade geral da nação. Ao menos até a próxima liderança política, oriunda do clamor febril da sociedade civil, vestir a faixa presidencial e imprimir sua digital, garantindo forma própria de acesso privilegiado da iniciativa privada ao interesse público. O udenismo deu vida, os militares incrementaram e a consolidação democrática aprofundou a concepção de combate à corrupção como um enfrentamento entre sociedade civil e sociedade política. Udenistas, militares e democratas, ao seu modo e tempo, efetuaram na prática o conagraçamento cada vez mais profundo entre público e privado, fazendo da corrupção (negociatas entre entes públicos e privados) moeda corrente da vida política, amparada pelo “instinto animal” do capital que a torna legítima. “Rouba mas faz”, por exemplo, é uma autorização expressa da sociedade civil à corrupção da sociedade política. Se expressa, consciente. Se consciente, legítima, embora ilegal.

A corrupção, portanto, longe de contrapor sociedade civil e sociedade política, revela sobretudo o grau de promiscuidade entre público e privado no Brasil. Sujeitos civis e políticos, tornados sócios, interessados em acumular: os primeiros, capital, os segundos, direção, e ambos, hegemonia. A mera troca de atores civis e políticos não equacionou a questão, que segue com força sistêmica. A corrupção, tão comum no *mercado da política*, financiada pela “mão invisível” do capital, tem ações de combate que terminam por reafirmar sua fórmula. Calçados em políticas empresariais de conformidade, movimentos anticorrupção extraem do labor empresarial (palco por excelência da sanha do capital) sua concepção de procedimento político, confirmando assim a tese que julgam combater. Toda luta anticorrupção contém em si o germe de uma nova forma de conceber a necessária interação entre sociedade civil e sociedade política. No caso brasileiro, tal interação ocorre em termos bastante específicos e historicamente heterodoxos, vistos na relação estabelecida entre público e privado. Cada ação ou movimento contra a corrupção traz consigo tanto o expurgo do corrupto populista de plantão, incluindo partido e aliados, quanto um outro programa de intervenção civil sobre as instituições políticas (mesmo quando civis reivindicam

“intervenção militar”), sob direção de novos interesses e atores privados. E a síntese se repete, com a antítese confirmando a tese.

A identificação do combate à corrupção no cenário de trincheiras civis e políticas opostas, falsa em sua realização histórica, difundiu a errônea associação entre corrupção e sociedade política, incorporada pelo apoliticismo. A rejeição ao universo político, seus instrumentos e sujeitos, demonizados como “subversivos” (“terroristas”, “comunistas”) e esvaziado de significação real por militares, deu vida a seres políticos desprovidos de política. Político profissional e tecnocrata, empresários da sociedade política, são exemplares de atores políticos sem política. Empreiteiros, agropecuaristas, milicianos, por sua vez, sujeitos civis em tese (ou autoproclamados) apolíticos, também são exemplos de ator político sem política. E assim a corrupção, ela mesma uma ação política sem política, é ato comum, ponto de encontro de sujeitos civis e políticos desprovidos de política. Quanto mais corruptas, tanto mais apolíticas serão as relações estabelecidas entre sociedade civil e sociedade política. Quanto mais corrupto, tanto mais apolítico serão os termos do sistema democrático vigente.

Ao não desvelar sua “fórmula mágica”, insistindo em opor sociedade e estado em vez de compreender a magnitude da interação entre sociedade civil e sociedade política, a luta contra a corrupção jaz ao perpetuar o apoliticismo e, conseqüentemente, ao fornecer matéria-prima para novas incursões privadas em direção ao poder público. Enquanto não deixar de mirar o corrupto populista (via de regra esquecendo-se do corrupto da iniciativa privada), esconjurando os políticos, a política e suas instituições, e passar a lutar contra o excessivo peso da “mão invisível” do capital sobre a organização política da vida coletiva, todo combate à corrupção não será mais que eco apolítico, ajudando a embalar o berço onde a corrupção se deita ao nascer. O ser *apolítico-anticorrupção*, fração da sociedade civil criada à margem da sociedade política, está no táxi, no boteco, no culto, na fila, na arquibancada, na academia. Competitivo, gosta de “levar vantagem em tudo”, inclusive na política.

Produzido industrialmente desde os militares e de modo ininterrupto durante a democratização, o ser apolítico-anticorrupção pode ser visto nas hordas vestidas com a camisa da CBF em manifestações políticas. A cena é corriqueira e o gesto, político. Ao envergarem a “amarelinha” da Seleção em ato político, patriótico, anticorrupção, bolsonaristas se encontram e dissipam diferenças, unindo apolíticos, arenistas,

malufistas, taxistas. “Todos ligados na mesma emoção. Tudo é um só coração”. Não inovam ao fazer uso político da Seleção, coisa que Getúlio ensinou e os militares industrializaram. Tampouco por expressar seu “amor à pátria” através do futebol, uma das peculiaridades do nacionalismo brasileiro, novamente antecidos por Getúlio e os militares. A originalidade dos bolsonaristas trajados com a “amarelinha” está em conciliar a premissa de Carlos Alberto Parreira com a Lei de Gerson. Se a lei é “levar vantagem”, a CBF passa a ser símbolo mor de um Brasil que “deu certo”.

Até aqui inigualáveis cinco títulos mundiais, sede de duas Copas do Mundo, celeiro de craques tipo exportação, bilhões em cifras movimentadas. Potência no futebol, sem dúvida, o Brasil representado pela CBF é convertido por bolsonaristas em altar de sua ação patriótica, logo, política. Seu nacionalismo regido pela Lei de Gerson, distante de se preocupar com a dimensão pública do Estado-Nação, se concentra na exaltação da grandeza nacional expressa em glórias ludopédicas, nítida “vantagem” conquistada por um “Brasil que deu certo”. Como se nota, a questão não tem nada a ver com o combate à corrupção. Caso contrário, ostentar no peito o escudo da CBF estaria fora de cogitação, tendo em vista o fator histórico de condenações recentes de seus dirigentes por tribunais internacionais. Nada disso importa, porque não é disso que se trata. A afirmação do “Brasil potência” simbolizado na CBF motiva o bolsonarista, que não se ocupa com os descaminhos da entidade ou fracassos da Seleção, exceto um: 7 a 1.

Seguindo a trilha dos militares, que elevaram a outro patamar a exploração do futebol ao transformarem o tricampeonato de 1970 em orientação ético-política, bolsonaristas politizaram o fiasco histórico da Seleção em 2014. Os gols de Müller, Klose, Kroos (duas vezes), Khedira e Schürrle (também duas vezes), na verdade, foram anotados por Dilma Rousseff (PT), à época na Presidência, que invadiu a frágil retaguarda canarinho para marcar sete vezes contra o Brasil, em pleno Mineirão, naquela tarde noite de 8 de julho. O vexame em campo, oras bolas, expusera ao mundo uma nação em crise, conduzida ao caos por corruptos populistas (“comunistas”) encastelados no poder há mais de uma década. Enquanto se anunciava a descoberta do “maior esquema de corrupção da história”, associava-se também ao *petismo* o sequestro do “Brasil que deu certo”, encarnado na CBF. “A culpa é do PT”, era o veredito.

A derrocada do símbolo máximo do “Brasil potência”, estampada no 1 a 7, exigia seu resgate, sua defesa.

É o que fizeram e fazem desde então bolsonaristas, apolíticos e congêneres ao exibirem suas camisas oficiais da CBF, *by Nike*, por “amor à pátria”.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalização*. Raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- AB'SÁBER, Tales. *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.
- ANDERSON, Perry. *Brasil à parte*. 1964-2019. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BARCELLOS, Caco. *Rota 66: a história da polícia que mata*. 29ª ed. São Paulo: Globo, 1997.
- BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BIASON, Rita e LIVIANU, Roberto (orgs.). *A corrupção na história do Brasil*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2019.
- COUTINHO, Carlos Nelson. (org.). *O Leitor de Gramsci*. Escritos escolhidos: 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro. 10ª ed. v. 1 e 2. São Paulo: Globo, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERREIRA, Jorge. (org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FERREIRA, Jorge. e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (orgs.). *O Brasil republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. v. 4. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. *1964*. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). *As esquerdas no Brasil*. Revolução e democracia (1964-...). v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FREIRE, Américo e FERREIRA, Jorge. (orgs.). *A razão indignada*. Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- GALLEGO, Esther Solano. (org.). *O ódio como política*. A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas*. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Partido e Sociedade*. A trajetória do MDB. Ouro Preto: UFOP, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Em defesa da política*. São Paulo: Editora Senac, 2001

PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALLUM JR, Brasília. *O impeachment de Fernando Collor*. Sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015.

SCHMITT, Rogério. *Partidos políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 2ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Juremir Machado da. *Raízes do conservadorismo brasileiro*. A abolição na imprensa e no imaginário social. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. Iberismo e americanismo no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.